

**EUGENIO RAÚL ZAFFARONI**  
**JOSÉ HENRIQUE PIERANGELI**

# **MANUAL DE DIREITO PENAL BRASILEIRO**

*Parte Geral*

**14.<sup>a</sup> EDIÇÃO**  
REVISTA E ATUALIZADA

THOMSON REUTERS  
**REVISTA DOS  
TRIBUNAIS™**

*Diretora de Conteúdo e Operações Editoriais*

**JULIANA MAYUMI ONO**

*Gerente de Conteúdo*

**MILISA CRISTINE ROMERA**

*Editorial:* Aline Marchesi da Silva, Diego Garcia Mendonça, Karolína de Albuquerque Araújo e Quenia Becker

*Gerente de Conteúdo Tax:* Vanessa Miranda de M. Pereira

*Direitos Autorais:* Viviane M. C. Carmezim

*Assistente de Conteúdo Editorial:* Juliana Menezes Drumond

*Analista de Projetos:* Camilla Dantara Ventura

*Estagiários:* Alan H. S. Moreira, Ana Amalia Strojnowski, Bárbara Baraldi e Bruna Mestriner

*Produção Editorial*

*Coordenação*

**ANDRÉIA R. SCHNEIDER NUNES CARVALHAES**

*Especialistas Editoriais:* Gabriele Lais Sant'Anna dos Santos e Maria Angélica Leite

*Analista de Projetos:* Larissa Gonçalves de Moura

*Analistas de Operações Editoriais:* Alana Fagundes Valério, Caroline Vieira, Damares Regina Felício, Danielle Castro de Moraes, Mariana Plastino Andrade, Mayara Macioni Pinto e Patricia Melhado Navarra

*Analistas de Qualidade Editorial:* Ana Paula Cavalcanti, Fernanda Lessa, Thais Pereira e Victória Menezes Pereira

*Designer Editorial:* Lucas Kfourí

*Estagiários:* Maria Carolina Ferreira, Sofia Mattos e Tainã Luz Carvalho

*Capa:* Chrisley Figueiredo

*Adaptação capa:* Ariel Villalba e Cinthia Riveros

*Lider de Inovações de Conteúdo para Print*

**CAMILIA FUREGATO DA SILVA**

*Equipe de Conteúdo Digital*

*Coordenação*

**MARCELLO ANTONIO MASTROROSA PEDRO**

*Analistas:* Gabriel George Martins, Jonatan Souza, Maria Cristina Lopes Araujo e Rodrigo Araujo

*Gerente de Operações e Produção Gráfica*

**MAURICIO ALVES MONTE**

*Analistas de Produção Gráfica:* Aline Ferrarezi Regis e Jéssica Maria Ferreira Bueno

*Estagiária de Produção Gráfica:* Ana Paula Evangelista

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

Zaffaroni, Eugenio Raúl

Manual de Direito Penal Brasileiro : Parte Geral / Eugenio Raúl Zaffaroni,  
José Henrique Pierangeli. 14. ed. rev. e atual. -- São Paulo : Thomson Reuters  
Brasil, 2020.

Bibliografia.

ISBN 978-65-5614-440-5

1. Direito penal 2. Direito penal - Brasil I. Pierangeli, José Henrique. II. Título.

20-51219

CDU-343(81)

Índices para catálogo sistemático: 1. Brasil : Direito penal 343(81)

Cibele Maria Dias - Bibliotecária - CRB-8/9427

## SUMÁRIO

NOTA À 14. <sup>a</sup> EDIÇÃO .....	7
DUAS NOVAS PALAVRAS.....	9
PRÓLOGO À 1. <sup>a</sup> EDIÇÃO .....	11
PREFÁCIO À 1. <sup>a</sup> EDIÇÃO – ALBERTO SILVA FRANCO .....	13

### PRIMEIRA PARTE TEORIA DO SABER DO DIREITO PENAL

#### TÍTULO I DELIMITAÇÃO DO OBJETO DO SABER DO DIREITO PENAL

##### CAPÍTULO I - CONTROLE SOCIAL, SISTEMA PENAL E DIREITO PENAL

###### *I – Controle social e sistema penal*

1. O delito como “construção” e como “realidade” .....	53
2. Conceito e formas de controle social.....	56
3. Saber e controle social (saber e poder) .....	57
4. Características da manipulação ideológica .....	59
5. Os direitos humanos e o controle social.....	61
6. A importância do controle social institucionalizado ou formalizado .....	62

###### *II – Sistema penal e direito penal*

7. Conceito de “sistema penal” .....	64
8. Os distintos setores do sistema penal .....	65

9. Os discursos do sistema penal .....	66
10. Condicionamentos do sistema penal .....	69
11. A função social do sistema penal .....	70
12. O princípio da intervenção mínima na América Latina .....	73
13. O sistema penal e a lei penal .....	73
Bibliografia .....	76

## CAPÍTULO II – O HORIZONTE DE PROJEÇÃO DO SABER DO DIREITO PENAL

### *I O direito penal*

14. Divisão da parte geral do direito penal .....	78
15. Conceito geral de direito penal .....	78
16. Denominação .....	79
17. O horizonte de projeção do saber do direito penal .....	80
18. O direito penal e a filosofia .....	81
19. O caráter público do direito penal .....	81

### *II – O objetivo da legislação penal*

20. Tem sentido perguntar-se pelo objetivo da legislação penal? .....	83
21. As respostas usuais .....	84
22. Existe a “segurança jurídica”? .....	85
23. O que é a defesa social? .....	87
24. Tutela de bens jurídicos ou de valores éticos? .....	88

### *III – A tarefa asseguradora do direito penal no marco da ordem jurídica*

25. O caráter diferenciador do direito penal .....	91
26. O caráter sancionador do direito penal e sua autonomia .....	92

### *IV – A coerção penal como meio de prover a segurança jurídica*

27. O conceito de coerção penal .....	94
28. Crítica da tese da prevenção geral .....	94
29. Prevenção geral e função simbólica da pena .....	97
30. A prevenção penal como objetivo da pena .....	98
31. A prevenção especial em relação ao sujeito passivo .....	102

### *V – Direito penal de culpabilidade e de periculosidade*

32. Direito penal de culpabilidade e de periculosidade .....	103
33. Direito penal de autor e direito penal de ato .....	107

VI *As “teorias da pena”*

34. As chamadas teorias da pena .....	108
35. Sistemas unitários e sistemas pluralistas.....	109
36. As medidas de segurança .....	111
Bibliografia .....	112

CAPÍTULO III FONTES, LIMITES E RELAÇÕES  
DO DIREITO PENALI *As fontes do direito penal*

37. Fontes de produção e de conhecimento da legislação penal .....	114
38. A fonte de produção do direito penal brasileiro é a União .....	115
39. Fontes de conhecimento do saber jurídico-penal.....	116
40. As fontes de informação da ciência do direito penal .....	117

II *Legislação penal, ciência do direito penal e política  
criminal ou criminológica*

41. Política criminal ou criminológica.....	119
42. Política criminal e legislação penal.....	120
43. Política criminológica e saber penal .....	121

III – *O direito penal e as outras disciplinas jurídicas*

44. Relações com o direito constitucional .....	122
45. O direito penal e os direitos humanos .....	123
46. O problema dos crimes hediondos e outras discriminações constitucionais...	124
47. O esquema geral das disciplinas jurídico-penais .....	126
48. Relações com o direito processual penal.....	127
49. Direito penal e direito de execução penal.....	128
50. Direito penal e direito penal militar.....	129
51. Direito contravencional .....	130
52. Direito penal e direito do menor.....	131
53. Direito penal e direito administrativo.....	134
54. Relações com o direito internacional.....	136

IV – *Relações e delimitação do direito penal com a  
criminologia e outras disciplinas*

55. A criminologia .....	141
56. A criminologia positivista .....	142
57. A criminologia da “reação social” .....	143

58. As “ciências penais” .....	144
Bibliografia .....	146

#### CAPÍTULO IV – O MÉTODO E OS PRINCÍPIOS INTERPRETATIVOS DO SABER DO DIREITO PENAL

##### *I – O problema do método no direito penal*

59. A dogmática .....	147
60. O método dogmático como método científico.....	148
61. A necessidade prática da construção que pretende ser logicamente completa .....	149
62. O <i>modus operandi</i> do método dogmático .....	150
63. Os “fatos” que o dogmático deve levar em conta para a construção .....	152
64. Dogmática e ideologia .....	154
65. O método comparativo no direito penal .....	155

##### *II – Princípios a que deve ajustar-se toda interpretação da lei penal*

66. Proscrição da analogia .....	155
67. A interpretação restritiva ou o princípio <i>in dubio pro reo</i> .....	157
68. O princípio de intranscendência ou de personalidade da pena .....	158
69. O princípio de humanidade .....	159
Leituras complementares .....	160

#### CAPÍTULO V – EVOLUÇÃO DA LEGISLAÇÃO PENAL

##### *I O direito penal antigo*

70. Objeto do estudo da evolução legislativa.....	161
71. O direito penal das culturas distantes .....	162
72. O direito penal greco-romano como marco de laicização da legislação penal .....	166
73. O direito penal romano .....	169

##### *II – O direito penal medieval e moderno*

74. Os germanos .....	170
75. O direito penal canônico.....	171
76. O direito penal árabe.....	172
77. Os práticos e os glosadores .....	172
78. A Carolina .....	173
79. A legislação penal ibérica: Espanha .....	173
80. Portugal: os forais e as Ordenações do Reino .....	175

<i>III – O movimento reformador do século XVIII</i>	
81. As reformas penais do despotismo ilustrado .....	187
<i>IV – A gênese da legislação contemporânea</i>	
82. A codificação do século XIX .....	188
83. Os principais textos do século XX .....	190
<i>V – A legislação penal brasileira do século XIX</i>	
84. O Código Criminal do Império .....	192
85. O Código da República Velha (1890) .....	195
86. Os projetos de VIEIRA DE ARAUJO .....	196
87. Avaliação geral da legislação penal do século XIX .....	197
<i>VI – A evolução até o Código de 1940</i>	
88. O projeto GALDINO SIQUEIRA (1913) .....	197
89. Projetos de SÁ PEREIRA (1927, 1928 e 1935) .....	197
90. O projeto ALCÂNTARA MACHADO .....	198
91. O Código de 1940 .....	198
<i>VII – A legislação atual</i>	
92. A tentativa de substituição do Código de 1940: o Código de 1969 e suas reformas .....	199
93. A nova parte geral de 1984 .....	200
94. Perspectiva .....	201
Bibliografia .....	202
<b>CAPÍTULO VI – A LEI PENAL EM RELAÇÃO AO TEMPO E A PESSOAS QUE DESEMPENHAM DETERMINADAS FUNÇÕES</b>	
<i>I – A lei penal no tempo</i>	
95. O princípio geral e a exceção .....	203
96. Leis temporárias e excepcionais .....	205
97. Retroatividade e medidas de segurança .....	206
98. O momento da ação ou omissão .....	206
99. As leis descriminalizadoras anômalas: leis de anistia .....	208
<i>II – O direito da aplicação da lei penal em relação a pessoas que desempenham determinadas funções</i>	
100. Indenidades e imunidades .....	209
101. Indenidades ou imunidades absolutas parlamentares .....	210
102. Imunidades diplomáticas e consulares .....	211

Leituras complementares .....	212
-------------------------------	-----

## TÍTULO II

### FUNDAMENTAÇÃO FILOSÓFICO-POLÍTICA DO HORIZONTE DE PROJEÇÃO DO SABER DO DIREITO PENAL (AS IDEOLOGIAS PENAIS)

#### CAPÍTULO VII O SURGIMENTO DO PENSAMENTO PENAL MODERNO: O INDUSTRIALISMO

##### *I As ideologias penais anteriores ao industrialismo*

103. A iniludível referência às ideologias .....	215
104. O pensamento oriental e sua influência sobre o saber penal .....	216
105. O pensamento grego .....	219
106. Os sofistas .....	220
107. SÓCRATES .....	222
108. PLATÃO .....	222
109. ARISTÓTELES .....	223
110. O pensamento pós-aristotélico .....	224
111. O pensamento medieval em geral .....	225
112. SANTO AGOSTINHO .....	226
113. A escolástica medieval .....	227
114. A mística .....	229
115. O ensinamento do pensamento medieval .....	229

##### *II – O industrialismo: mudanças estruturais e consequências penais*

116. Revolução industrial e controle social .....	230
---	-----

##### *III – O contratualismo retributivo: a defesa do capitalismo incipiente frente à nobreza*

117. O talião: a indenização pela violação do contrato .....	234
118. As respostas ao kantismo do liberalismo (FEUERBACH) e do socialismo (MARAT) .....	237

##### *IV – Os penalistas do contratualismo*

119. BECCARIA .....	240
120. MELLO FREIRE .....	242
121. LARDIZÁBAL .....	244
122. ROMAGNOSI .....	244
123. A “escola toscana” (CARMIGNANI E CARRARA) .....	245

*V A ideologia do treinamento para a produção industrial  
(a ideologia da defesa do capitalismo incipiente frente às massas)*

124. As penas: do “corpo” à “alma” .....	246
125. Bentham e a “ideologia panóptica” .....	247
Bibliografia.....	249

**CAPÍTULO VIII – AS IDEOLOGIAS PENAIS  
DA CONSOLIDAÇÃO DO PODER DO CAPITAL  
NOS PAÍSES CENTRAIS E SUA CRISE**

*I – O giro para o organicismo*

126. O deslocamento do conflito.....	251
127. O organicismo social.....	252

*II – A ideologia penal hegeliana*

128. Hegelianismo penal.....	253
129. A projeção do pensamento hegeliano.....	255

*III As ideologias penais das respostas ao hegelianismo*

130. O krausismo penal (correcionalismo) .....	255
131. A reação anti-hegeliana do “direito penal popular” .....	258
132. A reação nietzscheana.....	258
133. A reação marxista.....	260

*IV – O organicismo positivista*

134. O positivismo como ideologia do capitalismo incipiente consolidado no poder.....	262
135. A antropologia criminal de LOMBROSO .....	264
136. O positivismo penal sociológico: FERRI.....	265
137. A “luta de escolas” .....	266
138. O platonismo rudimentar de GAROFALO.....	268

*V As variantes do positivismo*

139. O evolucionismo espiritualista de VON LISZT.....	270
140. O positivismo correcionalista: DORADO MONTERO .....	272
141. O positivismo jurídico .....	273
142. BINDING .....	274

*VI A crise do positivismo organicista*

143. A primeira visão macrosociológica moderna do crime (DURKHEIM).....	276
---	-----

Bibliografia.....	277
-------------------	-----

CAPÍTULO IX – A IDEOLOGIA PENAL  
NO “ESTADO DO BEM-ESTAR”  
NOS PAÍSES CENTRAIS

*I – A ideologia criminal a partir da crise do positivismo organicista*

144. A separação das ideologias.....	279
--------------------------------------	-----

*II – As ideologias da criminologia norte-americana*

145. As teorias sociológicas da unidade cultural.....	281
146. As teorias do conflito.....	283

*III – A ideologia do tratamento*

147. A ideologia do tratamento.....	285
148. A nova defesa social.....	286

*IV – A ideologia do direito penal retributivo europeu*

149. O neocriticismo penal.....	288
150. O neopositivismo (ou positivismo lógico ou “círculo de Viena”).....	289
151. O neoescolasticismo.....	290
152. A ética material (SCHELER-HARTMANN).....	291
Bibliografia.....	293

CAPÍTULO X – A IDEOLOGIA PENAL EM PAÍSES CENTRAIS  
COM DIFICULDADE DE ACUMULAÇÃO  
DE CAPITAL PRODUTIVO

*I – A atitude geral do direito penal “de acumulação rápida”*

153. A crítica ao “direito penal liberal”.....	294
154. O conceito de direito penal liberal.....	295

*II – As políticas penais dos autoritarismos de pré-guerra*

155. As políticas penais fascista e nacional-socialista.....	296
156. A política penal soviética de pré-guerra.....	299

*III – A política penal soviética*

157. O direito penal soviético da última etapa.....	301
---	-----

*IV – Os princípios político-penais da Igreja Católica*

158. A consideração dos problemas penais pelos últimos pontífices.....	303
--	-----

Leituras complementares .....	305
-------------------------------	-----

## CAPÍTULO XI PANORAMA ATUAL DO PENSAMENTO PENAL E A PROBLEMÁTICA PERIFÉRICA

### *I – Bases filosóficas realistas provenientes dos países centrais*

159. Existencialismo .....	306
160. A teoria das estruturas lógico-objetivas ou lógico-reais.....	309
161. A teoria crítica da sociedade .....	311

### *II Linhas político-criminais enunciadas nos países centrais*

162. Tendências penais utópicas .....	313
163. A “nova direita” penal.....	315
164. A “política criminal verde” .....	316
165. Descriminalização, despenalização, diversificação e intervenção mínima ....	318

### *III O pensamento penal atual na América Latina*

166. O “retribucionismo” na América Latina .....	319
167. O perigosismo na América Latina .....	320
168. O direito penal de segurança nacional.....	321
169. A crítica penal latino-americana .....	322
Bibliografia .....	322

## CAPÍTULO XII OS CAMINHOS ABERTOS PARA UMA FUNDAMENTAÇÃO ANTROPOLÓGICA DO DIREITO PENAL

### *I – A necessidade da fundamentação antropológica*

170. A inevitabilidade das perguntas fundamentais .....	324
---	-----

### *II – Direito penal efetivo, direito penal não efetivo e puro exercício do poder*

171. A distinção .....	325
172. Quando há direito penal e quando há mero exercício de poder? .....	326

### *III – ● direito penal efetivo e o direito penal não efetivo*

173. Condições de efetividade do direito penal .....	327
174. Efeitos da ausência de fundamentação antropológica .....	334

SEGUNDA PARTE  
TEORIA DO DELITO

TÍTULO I  
ESTRUTURAÇÃO DA TEORIA DO DELITO

CAPÍTULO XIII NECESSIDADE DA TEORIA DO DELITO

*I – Utilidade da teoria do delito*

175. Incumbência da teoria .....	341
----------------------------------	-----

*II Necessidade de estratificar a teoria do delito*

176. Conceito de estratificação.....	342
177. Teoria estratificada e teoria unitária do delito.....	343
178. Estratificado é o conceito obtido pela análise, não o delito.....	344

CAPÍTULO XIV – ESBOÇO ESTRUTURAL

*I – Os níveis analíticos da teoria do delito*

179. Colocação geral.....	345
180. Representação do proceder analítico .....	348
181. O critério sistemático que surge da estrutura analítica.....	348

*II – Outros possíveis critérios sistemáticos e sua crítica*

182. Do autor à conduta .....	349
183. O critério objetivo-subjetivo.....	350

*III – Evolução da teoria do delito*

184. Injusto objetivo Culpabilidade psicológica (LISZT) .....	351
185. Distinção dentro do injusto entendido objetivamente: a tipicidade (BELING) ....	352
186. A ruptura do esquema objetivo-subjetivo.....	352
187. O tipo complexo e o finalismo.....	354
188. A teoria do delito no Brasil .....	355
189. <i>Excursus</i> : a discussão nos últimos anos .....	356
Bibliografia.....	359

TÍTULO II  
A CONDUTA

CAPÍTULO XV – CONCEITO E FUNÇÃO DA CONDUTA

*I O direito penal não altera o conceito de conduta*

190. Ato de vontade e ato de conhecimento.....	363
--	-----

191. O direito e a conduta humana .....	363
192. Não há delito sem conduta .....	364
193. Tentativas de desconhecimento do <i>nullum crimen sine conducta</i> .....	365

#### *II – A questão terminológica*

194. Conduta, ação, ato, fato .....	367
-------------------------------------	-----

#### *III – Conduta implica vontade*

195. Vontade e desejo .....	368
196. Vontade e finalidade.....	369
197. Vontade e vontade “livre” .....	369

#### *IV – Estrutura da conduta*

198. A antecipação biocibernética .....	370
199. A estrutura da conduta segundo o conceito ôntico-ontológico e sua tradição.....	371
200. Localização do resultado e do nexa causal .....	372

#### *V – A conduta como caráter genérico comum a todas as formas típicas*

201. Caráter comum para as formas típicas dolosas e culposas .....	373
202. Caráter comum para as formas típicas ativa e omissiva.....	374

### CAPÍTULO XVI – OUTROS CONCEITOS DE CONDUTA E SUA CRÍTICA

#### *I – A teoria causal da ação*

203. Conceito geral de conduta para o causalismo.....	375
204. Crítica do conceito.....	377

#### *II – As teorias “sociais” da conduta*

205. Os seus diversos sentidos.....	379
206. Conceito “social” e teoria finalista.....	380
207. Esterilidade do conceito “social” .....	380

#### *III – As tentativas de estruturar o conceito de conduta a partir de exigências sistemáticas*

208. O idealismo gnosiológico não possibilita apenas o conceito causal de conduta .....	381
Leituras complementares .....	382

## CAPÍTULO XVII – AUSÊNCIA DE CONDUTA

*I Panorama*

209. Enumeração das hipóteses.....	383
------------------------------------	-----

*II – Força física irresistível*

210. Delimitação.....	384
211. Hipóteses de força física irresistível.....	385
212. Força física irresistível “interna”.....	386

*III – Involuntariedade*

213. Conceito e delimitação.....	387
214. Estado de inconsciência.....	388
215. Casos particulares de inconsciência.....	389
216. A involuntariedade procurada.....	389
217. Ausência de conduta na omissão.....	389

*IV – Importância da distinção com outros aspectos negativos do delito*

218. Efeitos da ausência de conduta.....	390
Bibliografia.....	390

## TÍTULO III

## A TIPICIDADE

CAPÍTULO XVIII ESTRUTURA DOS TIPOS PENAIS E SUAS  
RELAÇÕES COM A ANTIJURIDICIDADE*I – Conceito de tipo e tipicidade*

219. Definição de tipo penal.....	393
220. Tipo e tipicidade.....	394
221. Outros usos da palavra “tipo”.....	395

*II Modalidades técnico-legislativas dos tipos*

222. Tipos legais e tipos judiciais.....	395
223. Tipos abertos e tipos fechados.....	396
224. Outra forma de abertura típica.....	397
225. Tipo de autor e tipo de ato.....	397
226. A lei penal em branco.....	398

*III – Concepções complexa e objetiva*

227. A concepção objetiva do tipo penal.....	399
--	-----

228. A concepção complexa do tipo penal .....	400
---	-----

#### *IV Tipicidade e antijuridicidade*

229. Panorama das distintas posições .....	402
230. Interesse, bem e norma .....	403
231. A antinormatividade .....	404
232. Tipicidade penal: tipicidade legal mais tipicidade conglobante .....	406
233. Antinormatividade e antijuridicidade .....	408
234. Atipicidade conglobante e justificação .....	408

#### *V Os bens jurídicos penalmente tutelados*

235. A importância do bem jurídico .....	409
236. Conceito de bem jurídico .....	410
237. Precisão do conceito de “relação de disponibilidade” .....	411
238. A moral como bem jurídico .....	412
239. Pode-se prescindir do bem jurídico? .....	413
240. Classificação dos tipos penais em razão dos bens jurídicos afetados .....	414
Leituras complementares .....	415

### CAPÍTULO XIX TIPOS ATIVOS DOLOSOS: ASPECTO OBJETIVO

#### *I – Panorama da estrutura do tipo doloso*

241. Aspecto objetivo e subjetivo do tipo doloso ativo .....	416
--	-----

#### *II A alteração física*

242. O resultado material .....	417
243. A relação de causalidade .....	418
244. A natureza da relação de causalidade .....	419

#### *III – Os sujeitos, as referências e os elementos normativos*

245. Os sujeitos .....	421
246. As referências .....	422
247. Os elementos normativos .....	422

#### *IV – Classificações secundárias*

248. Sua importância e quadro geral .....	423
Leituras complementares .....	425

## CAPÍTULO XX – TIPOS ATIVOS DOLOSOS: ASPECTO SUBJETIVO

### I *Estrutura do tipo doloso subjetivo*

249. Tipos subjetivos que se esgotam no dolo e tipos subjetivos que reconhecem outros elementos .....	426
---	-----

### II – *Conceito de dolo*

250. Definição e aspectos .....	427
---------------------------------	-----

### III ● *aspecto cognoscitivo do dolo*

251. As formas de conhecimento.....	428
252. O grau de atualização exigido pelo dolo.....	429
253. Dolo e conhecimento da antijuridicidade.....	429
254. Dolo valorado e dolo desvalorado.....	430
255. Os conhecimentos requeridos pelo dolo.....	431
256. Previsão da causalidade e do resultado.....	431
257. Alguns erros sobre a causalidade .....	432

### IV *A ausência de dolo por erro de tipo*

258. O erro de tipo: sua natureza.....	436
259. Os efeitos do erro de tipo.....	438
260. As concepções tradicionais do erro e sua crítica.....	439
261. O princípio <i>error juris nocet</i> e a solução legal vigente.....	440
262. O erro de tipo não é o “erro de fato” .....	441
263. O erro de tipo psicologicamente condicionado.....	441

### V – ● *aspecto volitivo do dolo*

264. As distintas classes de dolo segundo seu aspecto volitivo: o dolo direto....	442
265. O dolo eventual .....	442

### VI – *Os elementos subjetivos do tipo distintos do dolo*

266. Conceito e localização .....	444
267. Dificuldades que acarretam para a teoria objetiva do tipo.....	445
268. Classes de tipos com elementos subjetivos distintos do dolo.....	446
269. Elementos subjetivos do tipo distintos do dolo e componentes da culpabilidade .....	448
Leituras complementares.....	449

## CAPÍTULO XXI – TIPOS CULPOSOS

*I – Panorama da problemática da culpa*

270. Culpa e finalidade.....	450
271. Os tipos culposos como tipos abertos.....	451
272. A função do fim no tipo culposo.....	452

*II – O aspecto objetivo do tipo culposo*

273. A função do resultado nos tipos culposos.....	453
274. A causalidade no tipo culposo.....	454
275. A violação do dever de cuidado.....	454
276. Relação de determinação entre a violação do dever de cuidado e a produção do resultado (conexão de antijuridicidade).....	456

*III – O aspecto subjetivo do tipo culposo*

277. Sua natureza.....	457
278. Componentes subjetivos.....	457
279. Culpa com fim de causar o resultado.....	458
280. Culpa com representação e culpa inconsciente.....	459

*IV – Outras posições a respeito da culpa e sua crítica*

281. A tentativa de fundamentar a culpa na causalidade e a previsibilidade.....	460
282. Localização da culpa na culpabilidade.....	460
283. Críticas ao conceito finalista de tipo culposo.....	462
Leituras complementares.....	463

CAPÍTULO XXII – O PROBLEMA  
DA RESPONSABILIDADE OBJETIVA*I – O chamado “princípio de culpabilidade”*

284. Conteúdo do chamado “princípio de culpabilidade”.....	464
285. Violação do <i>nullum crimen sine culpa</i> : a responsabilidade objetiva.....	464

*II – As figuras complexas*

286. A preterintenção e outras hipóteses.....	465
287. Delitos “qualificados pelo resultado”.....	466

*III – O versari in re illicita e suas manifestações*

288. O princípio do <i>nullum crimen sine culpa</i> e seu desconhecimento.....	467
289. A teoria da <i>actio libera in causa</i> .....	468
290. Crítica à teoria da <i>actio libera in causa</i> .....	469

291. O problema da embriaguez na legislação brasileira.....	472
Leituras complementares.....	475

## CAPÍTULO XXIII – OS TIPOS OMISSIVOS

### *I – Natureza da omissão*

292. A omissão é uma estrutura típica.....	476
293. Não há omissões pré-típicas .....	477

### *II A estrutura do tipo omissivo objetivo*

294. Situação, exteriorização e possibilidade.....	478
295. Equivalente típico da causação .....	478
296. O autor.....	479
297. A omissão imprópria e sua problemática.....	479
298. As fontes da posição de garantidor .....	481

### *III – O tipo omissivo subjetivo: o dolo na omissão*

299. O dolo omissivo .....	482
----------------------------	-----

### *IV As omissões culposas*

300. A culpa omissiva .....	484
301. Estrutura culposa e estrutura omissiva.....	485

### *V – Excursus político-criminal*

302. O significado político-criminal da omissão .....	486
Leituras complementares.....	487

## CAPÍTULO XXIV A TIPICIDADE CONGLOBANTE COMO CORRETIVO DA TIPICIDADE LEGAL

### *I – Função da tipicidade conglobante*

303. Remissão .....	488
---------------------	-----

### *II O cumprimento de um dever jurídico*

304. Natureza.....	489
305. Colisão de deveres .....	490
306. Consequências de sua natureza .....	492

### *III – Casos particulares de atipicidade conglobante distintos do cumprimento de dever*

307. Acordo.....	492
308. As intervenções cirúrgicas .....	494

309. As lesões desportivas.....	496
310. As atividades perigosas fomentadas.....	497

*IV – A afetação do bem jurídico como requisito indispensável  
da tipicidade conglobante*

311. Dano e perigo.....	498
312. O princípio da insignificância.....	499

*V Excursus esclarecedor*

313. A teoria da adequação social da conduta.....	499
Leituras complementares.....	500

TÍTULO IV

A ANTIJURIDICIDADE

CAPÍTULO XXV ANTIJURIDICIDADE E JUSTIFICAÇÃO

*I – Antinormatividade e antijuridicidade*

314. Ordem normativa e ordem jurídica.....	503
315. O conceito geral de antijuridicidade.....	503
316. Antijuridicidade formal e material.....	504
317. A justificação “supralegal” e o injusto “supralegal”.....	505
318. A politização da antijuridicidade material.....	505
319. Nossa posição.....	506

*II – Antijuridicidade objetiva e subjetiva*

320. Antijuridicidade e injusto.....	506
321. Outros sentidos da “objetividade” da antijuridicidade.....	507
322. O problema do injusto pessoal.....	507

*III – Os tipos permissivos em geral*

323. Estrutura do tipo permissivo.....	508
324. A congruência no tipo permissivo.....	510
325. O fundamento genérico dos tipos permissivos.....	510
326. Classificação dos tipos permissivos.....	511
Leituras complementares.....	511

CAPÍTULO XXVI – LEGÍTIMA DEFESA

*I – Natureza e fundamento*

327. O fundamento individual e o fundamento social.....	512
328. Necessidade e defesa.....	513

*II – Características da defesa legítima*

329. Bens defensáveis.....	514
330. A agressão injusta .....	514
331. A questão da provocação .....	515
332. Necessidade da defesa .....	516
333. Moderação da defesa .....	517
334. A defesa da administração da justiça e a vida.....	518
335. Aspecto subjetivo do tipo permissivo .....	519
336. A defesa do Estado .....	519
Leituras complementares .....	520

CAPÍTULO XXVII OUTROS TIPOS PERMISSIVOS  
EM PARTICULAR

*I – A regulação legal do estado de necessidade;  
justificação e excludente de culpabilidade*

337. A fórmula legal.....	521
338. As dificuldades enfrentadas pela teoria do estado de necessidade.....	522
339. As autonomias teóricas como única solução .....	523
340. O estado de necessidade como justificação e como exclusão de culpabilidade.....	523

*II – O estado de necessidade justificante*

341. Conceito.....	524
342. Requisitos do estado de necessidade justificante .....	525

*III O excesso nas causas de justificação*

343. O conceito de “excesso” .....	527
344. Excesso doloso e excesso culposo .....	528
Leituras complementares .....	529

TÍTULO V  
A CULPABILIDADE

CAPÍTULO XXVIII – CONCEITO, FUNDAMENTO E DELIMITAÇÃO

*I Conceito de culpabilidade*

345. Ideia geral.....	533
346. Evolução da teoria da culpabilidade: a teoria psicológica da culpabilidade .....	535
347. Evolução da teoria da culpabilidade: a culpabilidade como relação psicológica e como reprovabilidade .....	536

348. O ápice da evolução: a culpabilidade como reprovabilidade.....	536
---	-----

### *II O princípio de culpabilidade*

349. Fundamento antropológico .....	538
-------------------------------------	-----

350. A impossibilidade da culpabilidade sobre outra base antropológica .....	538
--	-----

### *III Culpabilidade de ato e de autor*

351. A culpabilidade pela conduta de vida.....	539
--	-----

352. Aristóteles e a culpabilidade pela conduta de vida.....	540
--	-----

### *IV – Outros conceitos de culpabilidade*

353. A chamada “cocolpabilidade” .....	541
--	-----

354. A culpabilidade fundamentada na teoria do fim da pena .....	542
--	-----

355. A teoria da “possibilidade de atribuição” .....	542
--	-----

356. Inculpabilidade e impunidade .....	542
---	-----

### *V – Panorama da culpabilidade normativa e sua ausência*

357. Culpabilidade e inculpabilidade normativas .....	543
---	-----

Leituras complementares.....	544
------------------------------	-----

## CAPÍTULO XXIX – A POSSIBILIDADE EXIGÍVEL DE COMPREENSÃO DA ANTIJURIDICIDADE

### *I – Localização sistemática*

358. Exigência legal .....	545
----------------------------	-----

359. Teorias que situam a “consciência da antijuridicidade” no dolo .....	545
---	-----

360. Teorias que situam o problema na culpabilidade.....	547
--	-----

361. Nossa posição.....	548
-------------------------	-----

### *II Natureza*

362. Consciência da antijuridicidade e consciência individual .....	548
---	-----

363. Natureza da compreensão da antijuridicidade.....	549
---	-----

364. O conteúdo da possibilidade de compreensão da antijuridicidade.....	550
--	-----

Leituras complementares.....	551
------------------------------	-----

CAPÍTULO XXX – A INEXIGIBILIDADE  
DA COMPREENSÃO DA ANTIJURIDICIDADE PROVENIENTE  
DE INCAPACIDADE PSÍQUICA

*I – Conceito, localização e delimitação*

365.	Conceito de imputabilidade e inimputabilidade.....	552
366.	Outros conceitos de imputabilidade .....	554

*II A incapacidade psíquica de entender  
a ilicitude no direito vigente*

367.	Os efeitos psíquicos que acarretam incapacidade .....	555
368.	A enfermidade mental e o desenvolvimento incompleto ou retardado. Menoridade.....	557
369.	Emoção e paixão .....	561

*III – A culpabilidade diminuída*

370.	O conceito legal .....	562
	Leituras complementares.....	563

CAPÍTULO XXXI – ERRO DE PROIBIÇÃO  
(INEXIGIBILIDADE DA COMPREENSÃO DA ANTIJURIDICIDADE  
PROVENIENTE DE ERRO)

*I Conceito e classificação*

371.	Conceito.....	564
372.	Classificação .....	564

*II – O erro de proibição visto sob o ângulo  
de outras teorias do delito e do injusto*

373.	O erro de proibição para as teorias que situam a consciência do injusto no dolo .....	566
374.	O erro de proibição na chamada “teoria limitada da culpabilidade” .....	566

*III – O erro de proibição no nosso Código*

375.	As fórmulas legais.....	567
------	-------------------------	-----

*IV O erro de compreensão*

376.	Erro de conhecimento e de compreensão .....	569
377.	A consciência dissidente e o erro de compreensão.....	570
378.	O erro de compreensão e o erro culturalmente condicionado em geral.....	571

*V Casos especiais de erro*

379.	Erro de proibição, de subsunção e de punibilidade .....	573
------	---	-----

*VI – Erro de proibição vencível e invencível*

380. Orientação geral .....	574
Leituras complementares .....	574

CAPÍTULO XXXII INEXIGIBILIDADE DE OUTRA  
CONDUTA PELA SITUAÇÃO REDUTORA  
DA AUTODETERMINAÇÃO

*I – Caracterização geral*

381. Diversidade de hipóteses básicas .....	576
---	-----

*II – Estado de necessidade exculpante*

382. Regulamentação legal.....	577
383. Estado de necessidade e coação .....	578
384. Desconhecimento e falsa suposição da situação de necessidade .....	579
385. Culpabilidade diminuída pelo estado de necessidade incompleto .....	580

*III – A obediência hierárquica*

386. Hipóteses distintas.....	581
-------------------------------	-----

*IV Impossibilidade de dirigir as ações  
conforme a compreensão da antijuridicidade*

387. A segunda hipótese da inimputabilidade .....	583
---	-----

*V Culpabilidade supralegal*

388. A inexigibilidade de outra conduta.....	583
Leituras complementares .....	584

TÍTULO VI

PROBLEMÁTICA ESPECIAL DA TIPICIDADE

CAPÍTULO XXXIII A AUTORIA

*I A problemática do concurso de pessoas*

389. Colocação geral do problema .....	587
390. Natureza dos conceitos de autor e partícipe .....	587
391. O sistema penal vigente .....	588

*II – Autoria e participação*

392. Critérios que têm sido defendidos.....	589
393. Formas de delimitação entre autoria e participação .....	590
394. O critério do domínio do fato como indicador da autoria.....	591

*III – Formas de autoria*

395. Autoria direta e autoria mediata .....	592
396. Autoria e coautoria .....	595

*IV – A autoria dolosa e a autoria culposa*

397. Explicitação das diferentes bases conceituais .....	596
398. Consequências da diferença .....	596

*V – O autor de determinação*

399. Delitos de mão própria e <i>delicta propria</i> .....	598
400. O tipo especial de autor de determinação.....	599

*VI – O cúmplice com participação de maior importância*

401. Coautoria e cumplicidade necessária.....	600
---	-----

*VII – Autoria mediata com determinado culpável e punível*

402. A autoria de escritório .....	601
Leituras complementares .....	603

CAPÍTULO XXXIV – PARTICIPAÇÃO  
(INSTIGAÇÃO E CUMPLICIDADE)

*I – Conceito geral*

403. Natureza.....	604
404. Outras opiniões acerca de sua natureza .....	605
405. Deslinde acerca de outras hipóteses de concurso .....	607
406. Participação e favorecimento .....	607

*II – Requisitos da participação*

407. Aspecto interno da acessoriedade .....	609
408. Aspecto externo .....	609

*III – Problemas particulares da participação*

409. Formas especiais de configuração.....	610
410. Erro na participação .....	610
411. A chamada “comunicabilidade das circunstâncias” .....	611

*IV – Instigação*

412. Conceito e meios.....	612
----------------------------	-----

413. O resultado da instigação.....	613
414. O dolo de instigação .....	613
415. Instigação ao suicídio e à autolesão .....	614

#### *V – Cumplicidade*

416. Conceito e classes .....	615
417. A participação de menor importância .....	616
Leituras complementares.....	616

### CAPÍTULO XXXV – A TENTATIVA

#### *I – Conceitos gerais*

418. Conceito de tentativa.....	617
419. O fundamento da punição da tentativa.....	618

#### *II – Estrutura do delito tentado*

420. O dolo na tentativa .....	619
421. A consumação como limite da tentativa .....	620
422. Atos executivos e preparatórios.....	621
423. Classes de tentativa.....	623
424. Tentativa na omissão.....	623

#### *III – A tentativa inidônea (delito impossível)*

425. Conceito.....	623
--------------------	-----

#### *IV – A desistência voluntária e o arrependimento eficaz*

426. Fundamento e natureza .....	625
427. Consequências da natureza jurídica .....	628
428. Consequências do fundamento.....	628
429. Diferença entre a desistência voluntária e o arrependimento eficaz.....	628
430. O arrependimento posterior .....	629
431. A tentativa qualificada .....	630
Leituras complementares.....	630

### CAPÍTULO XXXVI – UNIDADE E PLURALIDADE DE TIPICIDADES

#### *I – Pluralidade de crimes e de tipicidades*

432. Realismo e idealismo nos concursos real e ideal .....	631
--	-----

#### *II – Unidade e pluralidade de condutas ou ações*

433. O problema na legislação comparada .....	632
---	-----

434. Os sistemas dos Códigos brasileiros .....	633
435. A questão da unidade ou pluralidade de crimes e sua base ôntica .....	634
436. O sistema no Código vigente .....	635
437. Quando há uma e quando há várias condutas? .....	636
438. Casos distintos de consideração típica unitária da pluralidade de movimentos voluntários com plano comum .....	638
439. O verdadeiro delito continuado .....	639

### *III – Concurso formal*

440. Concurso formal e unidade de conduta.....	641
441. Concurso formal qualificado .....	642

### *IV – Concurso material ou real*

442. Concurso material e pluralidade de condutas .....	644
443. Concurso material atenuado ou falso crime continuado .....	645
444. Os graus de atenuação do concurso material .....	646

### *V – Considerações de lege ferenda*

445. Crítica à lei vigente .....	647
----------------------------------	-----

### *VI – Concursos aparentes*

446. O concurso aparente de tipos .....	647
Leituras complementares .....	650

## **TERCEIRA PARTE**

## **TEORIA DA COERÇÃO PENAL**

### **TÍTULO I**

### **COERÇÃO MATERIALMENTE PENAL**

#### **CAPÍTULO XXXVII – CONDIÇÕES DE OPERATIVIDADE DA COERÇÃO PENAL**

##### *I – Conceito geral*

447. Coerção formal e materialmente penal .....	655
448. A “punibilidade” .....	655
449. Condições que fazem atuar a coerção penal .....	657

##### *II – As condições penais de operatividade da coerção penal*

450. Ausência de causas pessoais que excluem a punibilidade .....	659
451. Casos especiais de causas pessoais que cancelam a punibilidade .....	661
452. A graça ou indulto como causa pessoal de extinção da punibilidade .....	662

453. Perdão judicial .....	663
454. A prescrição da pena como causa pessoal de extinção da punibilidade .....	664
455. A questão da imprescritibilidade .....	665

### *III – A prescrição no nosso Código Penal*

456. Introdução.....	665
457. Prescrição da pretensão punitiva (ou da ação) .....	666
458. Prescrição das penas restritivas de direito .....	668
459. Prescrição da pretensão executória.....	668
460. Redução de prazos .....	669
461. Interrupção do prazo da prescrição da pretensão punitiva.....	669
462. Interrupção do prazo prescricional da pretensão executória.....	671
463. Comunicabilidade das causas interruptivas.....	671
464. Absorção de penas .....	672
465. Suspensão do prazo prescricional.....	672
466. Prescrição intercorrente .....	674
467. Prescrição retroativa.....	675
468. Recurso da acusação .....	676
469. Prescrição e leis especiais.....	677
470. Prescrição e mérito.....	678

### *IV – Excursus sobre as chamadas “condições objetivas de punibilidade”*

471. O problema .....	678
472. Existem as “condições objetivas de punibilidade”? .....	678

### *V – As condições processuais de atuação da coerção penal*

473. Exercício das ações .....	679
474. Ação penal e crime complexo.....	683
475. Decadência.....	684
476. Perempção.....	685
477. Renúncia do direito de queixa .....	686

### *VI – Efeitos*

478. Alcance da extinção da punibilidade .....	688
Leituras complementares.....	689

## CAPÍTULO XXXVIII MANIFESTAÇÕES DA COERÇÃO PENAL

*I – Manifestações da coerção penal no direito penal vigente: panorama geral*

479. As penas do Código Penal.....	690
480. A relativa indeterminação da pena.....	691

*II – O problema da pena de morte*

481. A legislação brasileira.....	691
482. A pena de morte no mundo.....	692
483. A pena de morte não é uma pena.....	693

*III Manifestações da coerção penal excluídas da legislação penal*

484. Manifestações excluídas pela Constituição Federal.....	693
485. Outras penas que não constam do Código.....	695
486. Penas propostas recentemente.....	695

*IV – As penas privativas de liberdade*

487. Considerações gerais.....	697
488. As penas privativas de liberdade no Código vigente.....	699
489. Cálculo do tempo da pena e detração penal.....	700
490. O limite máximo de duração da pena privativa de liberdade.....	701
491. Execução das penas privativas de liberdade.....	703
492. A execução das penas privativas de liberdade no Brasil.....	704
493. A remição pelo trabalho.....	707
494. Os direitos dos presos.....	707

*V – Livramento condicional*

495. Requisitos.....	708
496. Livramento condicional subordinado a condições específicas.....	711
497. Condições a que deve se submeter o liberado.....	712
498. Revogação do livramento condicional.....	712

*VI Penas restritivas de direitos*

499. Enunciado e natureza.....	713
500. Conversão das penas restritivas de direitos em penas privativas de liberdade.....	714
501. Prestação pecuniária.....	715
502. Perda de bens e valores.....	715
503. Prestação de serviços à comunidade.....	716
504. Interdição temporária de direitos.....	718

505. Limitação de fim de semana.....	719
506. A pena pecuniária e sua crítica .....	719
507. O sistema do Código Penal.....	720
508. Conversão da pena de multa em pena privativa de liberdade.....	722
509. A multa substitutiva.....	723

### VII Efeitos da condenação

510. Natureza.....	723
511. Confisco .....	723
512. As inabilitações acessórias .....	724

### VIII – Reabilitação

513. Natureza.....	725
514. Direito penal de registro .....	726
515. Extinção das consequências da condenação.....	727
516. Condições para que ocorra a reabilitação .....	727
Leituras complementares .....	728

## CAPÍTULO XXXIX A DETERMINAÇÃO DA PENA NO CASO CONCRETO

### I – Conceito de individualização da pena

517. Direito de quantificação da pena.....	729
--	-----

### II – O sistema do Código Penal e a fixação da pena-base

518. Mecânica e etapas .....	730
519. Determinação da pena-base .....	732

### III – Circunstâncias agravantes e atenuantes

520. Alcance da sua incidência na pena.....	734
521. Circunstâncias que decorrem de um efetivo conteúdo do injusto do delito .....	735
522. Circunstâncias correspondentes ao grau de culpabilidade do delito.....	737
523. Circunstâncias que decorrem de considerações político-criminais .....	738
524. Algumas circunstâncias inominadas.....	738

### IV – Reincidência: circunstância agravante pelo maior conteúdo do injusto, presumido juris et de jure

525. Fundamento, natureza e crítica .....	739
526. Condições da reincidência na lei vigente.....	743

*V – Causas de atenuação ou de agravação (escalas penais alteradas)*

527. Classificação.....	746
528. Escalas alteradas pelo conteúdo do injusto .....	746
529. Escalas alteradas pelo grau de culpabilidade .....	746
530. Escalas alteradas por razões político-criminais.....	747

*VI – Alguns problemas particulares da individualização da pena*

531. A individualização da pena de multa.....	748
532. Individualização da pena em caso de cúmulo aritmético de privações de liberdade .....	749

*VII – Suspensão condicional da pena*

533. <i>Sursis e probation</i> .....	749
534. Requisitos.....	750
535. Condições .....	751
536. Revogação da suspensão .....	751

TÍTULO II

COERÇÃO FORMALMENTE PENAL

CAPÍTULO XL – MEDIDAS DE SEGURANÇA E EFEITOS CIVIS  
DA CONDENAÇÃO PENAL

*I – As medidas de segurança*

537. Introdução.....	755
538. As medidas de segurança do Código Penal.....	756
539. As medidas de segurança não têm limite máximo? .....	757

*II Efeitos civis da condenação penal*

540. Reparação do dano <i>ex delicto</i> .....	758
541. Efeitos da sentença absolutória.....	760
Bibliografia.....	760

ANEXO

CONVENÇÃO AMERICANA SOBRE DIREITOS HUMANOS

Preâmbulo .....	765
Obras dos Autores.....	791